

O TRABALHO CAMPONÊS NO E FORA DO ASSENTAMENTO NOVA CONQUISTA-SP

Ana Lúcia Teixeira¹

Este artigo tem por objetivo abordar questões que obtém relevo quando tratamos dos assentamentos da reforma agrária, em especial ao assentamento Nova Conquista que possui 104 lotes dentre os quais 77 lotes estão localizados em Rancharia-SP e 27 em Martinópolis-SP. Destarte, torna-se fundamental a análise a respeito das descobertas em relação a modificações da teoria presente no texto e as possíveis adaptações e possibilidades encontradas pelas “novas famílias” constituídas pelos filhos dos titulares camponeses para manter-se junto a sua família no lote, junto a terra que também lhes foi prometida. Questões como o trabalho da mulher no assentamento, evitando que mais lotes sejam comercializados e propiciando apoio a outras mulheres e também a análise da produção e organização do espaço e dos elementos que o compõe são relevantes para a compreensão desses lotes de vida. Utilizamos metodologias qualitativas como: observação participante, entrevistas e cartografia social para estudar o espaço em questão. É importante destacar que este trabalho é parte da dissertação de mestrado intitulada “Geografia da Vida Camponesa: espaços de vida, espaços de produção no assentamento Nova Conquista-SP” (2015) defendida no âmbito do programa de pós-graduação da FCT/UNESP.

Palavras chave: Assentamento, família, produção, organização e espaço.

1. O trabalho e moradia dos filhos

A respeito da família constituída pelos filhos, através do casamento, e da situação que os envolve quando não reúnem condições para ter o seu próprio lote ou nos casos da propriedade privada o sítio, Heredia (1979) nos revela em seus estudos que, a partir do casamento os filhos passam a constituir uma residência e um espaço de produção separados. A autora ainda afirma que a perda do roçadinho também se dá no momento em que é constituída uma nova família. Todavia, quando os filhos casados continuam nas terras do pai (isso se dá especialmente devido à escassez de terras na região estudada por Heredia), estes passam “a ter uma produção independente através

¹ Prof^a. M^a Ana Lúcia Teixeira, doutoranda no programa de pós-graduação em geografia da Universidade Estadual Paulista – Júlio de Mesquita Filho, Presidente Prudente-SP.

do trabalho em outras unidades produtivas e, conseqüentemente, um consumo separado” (HEREDIA, 1979, p.106). Assim, é ressaltado que:

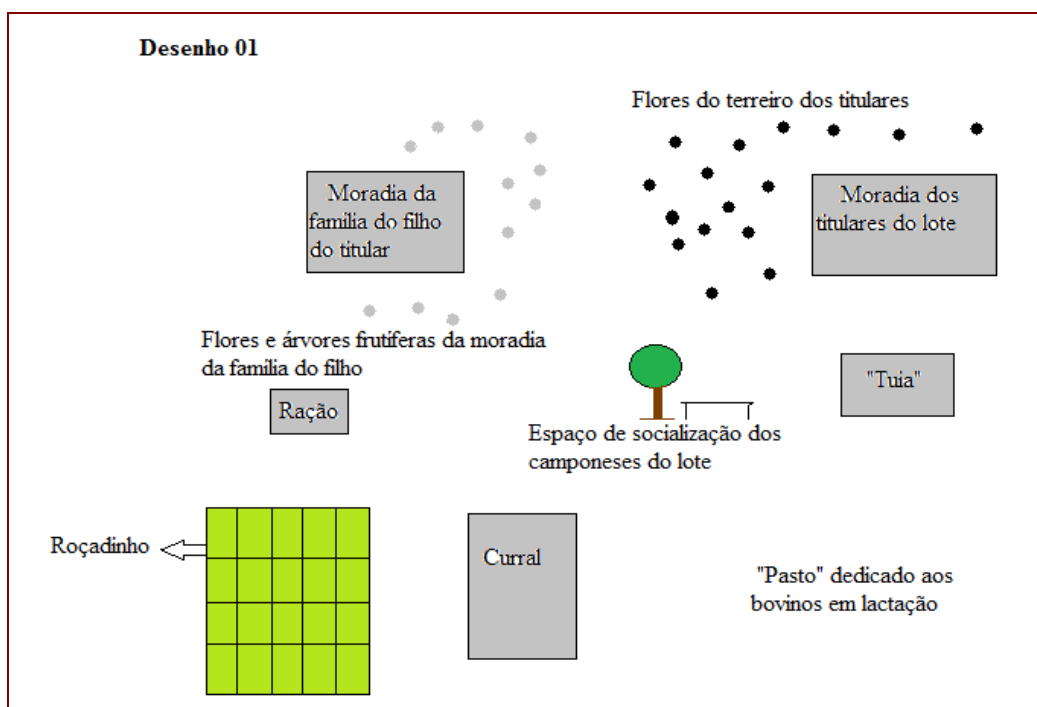
Algumas unidades familiares, quando um dos seus membros casa, veem-se obrigadas a dar um pedaço de terra da parcela familiar, para que os noivos construam sua casa, muito embora continue sendo evitada a concessão, ao mesmo tempo, de uma parcela de terra na qual se estabeleça um novo roçado. Isso se deve ao reduzido tamanho da parcela de terra, razão pela qual sua fragmentação a tornaria improdutiva. O filho a que se dá lugar para fazer sua casa deverá trabalhar fora da propriedade paterna. (HEREDIA, 1979, p.146).

Quando os filhos não conseguem construir uma nova residência eles passam por um período de transição, que Woortmann (1995) verifica em seus estudos, em que o novo casal “passa a residir na casa dos pais do marido, onde terá um quarto separado, marcando sua individualidade. Não disporá, contudo, de autoridade na casa”, quando o marido não se trata do herdeiro do sítio o casal também pode buscar abrigo na propriedade dos pais da esposa (WOORTMANN, 1995, p. 178).

No assentamento Nova Conquista, os filhos, ao se casarem, levam consigo as novilhas e os bichos de terreiro que começaram a criar ainda nos lotes de seus pais; muitos conseguem comprar um novo lote a partir da venda destes animais, somando com o dinheiro que conseguiram trabalhando no latifúndio vizinho.

As novas moradias, quando construídas no lote dos pais, são próximas à casa da família do titular; todavia, a proximidade não é tão grande a ponto de não propiciar à nova moradia um terreiro. O terreiro nas novas residências, constituído por árvores frutíferas e, às vezes, apenas por pés de flores, marcam uma individualidade sem, contudo, necessitar da construção de uma cerca para separar as duas moradias. Segue o croqui com um “recorte” do espaço do lote no qual ocorre o caso mencionado.

Figura 01: Croqui do lote



Elaboração da autora, 2014.

Verificamos que no assentamento quando ocorre dos filhos permanecerem no lote, estes, apesar de constituir uma nova família nuclear, não perdem o direito a um espaço para o plantio; todavia, este espaço continua sendo pequeno (roçadinho) constituído por hortas, estufas ou uma área para o plantio de cultivos como quiabo, por exemplo. O filho não procura outro espaço para constituir seu roçado, visto que a região onde se encontra o Nova Conquista abriga, de uma forma contínua a esse espaço, mais dois assentamentos: Nova Vida e Chico Castro Alves. Tal fato, dificulta a procura por espaços de produção para o arrendamento, ele então encontra um emprego na usina de álcool e açúcar que se localiza na frente da entrada do assentamento, do outro lado da rodovia, que se situa na fazenda Bartira ou procura emprego em outros serviços da mesma fazenda, como os cuidados com a seringueira e os serviços gerais do latifúndio.

Assim como no caso apresentado por Tavares dos Santos no Rio Grande do Sul ao afirmar que a “pequena lavoura emergiu geográfica ou institucionalmente sitiada pela grande propriedade” verificamos, no caso do assentamento, que a “grande propriedade” Bartira faz com que muitos filhos e, em casos menos frequentes titulares dos lotes possam permanecer em seus sítios, pois se o filho tem a possibilidade de residir com os pais, estes, por sua vez, em alguns casos, trabalham temporariamente na

usina e no restante da fazenda em épocas difíceis para permanecerem no lote (trabalho acessório).

Quando os camponeses titulares iniciam os trabalhos na usina, como forma de uma “poupança até que as coisas melhorem no lote”, isto ocorre com muito pesar por parte deles. Durante a nossa convivência evidenciamos o relato de um camponês que após muitos anos de trabalho como agricultor (desde o período em que residia com seus pais) é forçado economicamente a iniciar como tratorista um trabalho na usina. O capital e todo o seu sistema mostra nesse momento mais uma de suas faces, pois notamos que o camponês apresentava uma culpa pelas atividades no espaço de vida terem fracassado do ponto de vista econômico, apesar de todo o seu trabalho. O assentado não estava conseguindo viver apenas da comercialização do leite e lhe faltava recursos e auxílio para iniciar e diversificar os cultivos. Para compreendermos melhor o sentimento do camponês, D’Aquino a partir de seus estudos a respeito dos camponeses do assentamento Reunidas (que mantém uma grande proximidade em termos de relações com o assentamento Nova Conquista) nos revela que,

A liberdade de fazer o próprio horário, de planejar e executar com autonomia as atividades de produção e mesmo as mais corriqueiras do dia-a-dia, o cotidiano da vida, aliada à produção para o autoconsumo, que garante fartura, são símbolos do estilo de vida que escolheram. (D’AQUINO, 2011, p.28).

Apesar do trabalho na usina ou em outra área da fazenda, evidenciamos que os filhos não perdem totalmente o vínculo com as atividades do espaço de produção do lote, visto que muitos filhos e genros, ao chegar do emprego, ou antes de ir para ele, auxiliam os pais e sogros nas tarefas como: tirar leite, mexer na estufa, carpir etc.

O alimento da casa dos filhos (com empregos formais na usina) serve de importante apoio para a casa dos pais quando ocorre uma perda na produção devido às forças da natureza. Na ocasião de nossa estadia no assentamento, verificamos um período posterior a uma “chuva de granizo” que acabou com a produção das estufas, deixando os camponeses em dificuldades; neste momento evidenciamos também a família constituída pelos filhos compartilhando a comida com os pais. Estes, por sua vez, principalmente as avós das crianças, ficam com os netos que residem no lote por vezes o dia inteiro, quando os pais das crianças trabalham fora do lote.

Dentro das novas configurações familiares notamos, cada vez mais, o convívio diário dos netos com os avós, seja em casos no qual os pais residem no lote e trabalham

o dia inteiro fora ou em casos em que os netos residem com os avós na mesma moradia. Nesse sentido, verificamos um caso em que os netos, já na idade adulta, residem no lote dos avós mesmo com os pais morando no lote ao lado, pois a avó deu um espaço para eles construírem uma residência e um espaço para construir uma horta (roçadinho).

Nos casos em que a família nuclear tem como atividade principal as estufas ou as hortas, os camponeses até consideram que a família constituída pelos filhos poderia sobreviver do lote, mas alegam que a ausência de créditos e, portanto, de projetos destinados a eles dificultam as atividades. Sobre esta questão e também a necessidade de obter uma DAP (Declaração de Aptidão ao Pronaf) para seus filhos a camponesa acrescenta que,

[...] Aqui nós temos uma DAP só por família e que nem eu tenho três filhos casados e moram aqui no lote, e só que é uma DAP só a do meu marido pra gente trabalhar, e acaba que os meninos tem que sair pra fora para trabalhar porque se ficar aqui dentro não dá, porque você tira o leite e mais uma rendinha e da pra sobreviver. Com as DAPs você consegue projetos para trabalhar [...] porque eu vou falar uma coisa para você, os filhos crescem e depois de 18 anos eles não tem o direito que a gente tem dentro do lote, eles não tem o direito do INSS se eles casar eles não tem o direito que nós temos, eles já constituíram outra família e isso o INCRA até hoje nunca fizeram nada por isso e que nem os meus filhos eles nunca largaram de mim eles trabalham la fora mas eles moram aqui dentro eles trabalham na usina. (Camponesa do assentamento Nova Conquista, entrevista realizada em Janeiro de 2014).

A camponesa casada com um filho de assentado da mesma comunidade nos revela a preocupação que ela tinha com essa situação e como isso influenciou na decisão de comprar o seu próprio lote, a questão agora gira entorno da possibilidade da aposentadoria.

[...] surgiu a oportunidade porque eu dizia assim que sempre queria um lote porque eu como produtora de produzir muito tomate e pepino essas coisas eu não tenho uma nota de produtora rural porque o

assentamento não poder ter dois CNPJ por lote o meu pai correu atrás, perguntou para os caras do INCRA e do ITESP foi na casa da lavoura um monte de lugar eles falaram que não pode porque, você mora emprestado né não é igual uma terra particular que você pode ir lá e arrendar e fazer outro talão de notas para você produzir porque mesmo que você produz não adianta nada porque vai dizer você produz o que? Tudo o que eu produzi até hoje esta tudo no talão da sogra e do meu pai, tudo que tiver e que sair esta tudo no nome deles no meu não poderia sair nada, então vai ser difícil aposentar, eu moro na roça eu tenho que ser aposentada como trabalhadora rural, mas como? Não tem nada que prove que eu trabalhei, que eu fiz entendeu? (Camponesa do assentamento Nova Conquista, entrevista realizada em Janeiro de 2014).

Na fala da camponesa podemos evidenciar, além da diminuição do espaço de produção, que dificulta a produção da família nuclear e da família constituída pelos filhos no mesmo lote, a partir da menção da agricultora mais um elemento. Este diz respeito à autonomia que alguns produtores de “terra particular” têm ao conseguir a emissão de dois “talões de notas” por propriedade e as limitações e dificuldades dos camponeses que residem em “terras emprestadas”.

2. Trabalho e Moradia das mulheres

Quando buscamos tratar da construção/organização dos espaços de vida, o papel da mulher nesse processo é fundamental, às vezes em conjunto com o homem e por vezes vivencia essa elaboração solitária. A questão do trabalho feminino surge no âmbito da observação participante, quando começamos a conhecer os lotes e titulares. Notamos que havia dentro do universo empírico uma quantidade significativa de mulheres “gestoras” de seus lotes, separadas do marido, viúvas e casadas (mas que trabalham em todos os espaços do lote) - entendemos a necessidade de buscar as reflexões acerca desse fato. Buscaremos compreender, mesmo que brevemente, como as mulheres organizam seus lotes e também como funciona o trabalho, visto que elas assumem o papel (que anteriormente era atribuído somente aos homens) de “chefe de família”.

Isabel Margarida André (1990), no trabalho “O gênero em geografia: Introdução de um novo tema”, nos revela como a geografia começa a abordar a temática do gênero.

Verificamos que a categoria gênero refere-se aos compartimentos sociais relacionados a cada um dos sexos (feminino e masculino) estes últimos, por sua vez, correspondem a uma categoria sociológica (sexo). A autora aponta para a necessidade de incorporar os estudos de gênero na geografia humana que surge a partir de meados da década de 80 procurando salientar que as diferenças entre homens e mulheres são importantes para a organização social e territorial e suas relações são relevantes também como “um elemento estruturador” da sociedade. Buscamos a compreensão do papel que cada um dos gêneros desempenha na sociedade é fundamental para compreendermos a construção de espaços e a forma como homens e mulheres vivenciam cada espaço (ANDRÉ, 1990).

Incluindo o gênero no estudo do sistema de emprego encontraremos diferenças significativas no que se referem às “taxas de atividade, a estrutura por atividades e por profissões, os níveis de qualificação, as relações contratuais ou o grau de sindicalização” entre homens e mulheres. Os estudos apontam para uma crescente participação das mulheres no mercado de emprego e em outras instâncias da sociedade, todavia, as mulheres continuam como as responsáveis pelo trabalho doméstico (ANDRÉ, 1990. p.337). No que concerne à relação entre classe e gênero a autora esclarece que,

A desigualdade social entre homens e mulheres e as relações que se estabelecem entre ambos tem amplitudes e formas diferenciadas nos vários grupos sociais e são condicionadas pelo tipo de desenvolvimento social e econômico que marca os diferentes territórios. (ANDRÉ, 1990. p.344).

Nos esforços de realizar uma tipologia que associa gênero e estatuto social, os fatores são agrupados nas categorias: “família-filhos”, “família-marido-prestígio social” e “carreira profissional”. O grupo que pertence à categoria “carreira profissional” apresenta uma igualdade maior entre gêneros, é neste grupo que o nível de escolaridade das mulheres é maior e que situações de subordinação são rejeitadas; o divórcio é um recurso mais solicitado, além de ocorrer maior divisão das tarefas domésticas. Um estatuto de subordinação e dependência é característica da categoria que engloba mulheres que possuem ou não um emprego, em que a realização pessoal abrange a família nos casos em que o prestígio social é fruto da carreira do marido.

No que se refere aos grupos sociais menos favorecidos ocorrem dois tipos de situações associadas a duas áreas: rural e urbana. Na área rural há os casos em que “o

emprego da mulher não se justifica dada a impossibilidade de fazer face às despesas com a reprodução social exteriorizada daí decorrentes”. O que ocorre na área urbana são “as mulheres cujo emprego significa apenas um rendimento imprescindível ao agregado familiar, mas que é vulgarmente entendido como uma receita familiar complementar e secundária” (ANDRÉ, 1990, p.346).

No trabalho de Heredia (1979) também evidenciamos a questão de gênero, a mulher camponesa transforma os produtos do roçado em “comida”, suas atividades estão ligadas ao consumo e ao espaço doméstico e, portanto, considera-se que a mulher não trabalha. A autora observou que, por muitas vezes, a mulher desempenha atividades no roçado (a semeadura é um exemplo) e desenvolve as tarefas também quando o homem, responsável pelo roçado, está doente e não há ninguém para substituí-lo, porém o trabalho feminino, assim como o trabalho de crianças, é considerado um *não trabalho*.

Considera-se assim que a mulher não trabalha, e este princípio é mantido mesmo quando ela, em certas ocasiões, realiza tarefas no roçado. As tarefas que pertencem ao roçado, quando são efetuadas por elementos femininos, perdem o caráter de trabalho. É exatamente por essa razão que ao se descrever o trabalho no roçado a mulher nunca é incluída. (HEREDIA, 1979, p.81).

Carlos Rodrigues Brandão, ao realizar um trabalho de observação participante entre agricultores e criadores sítiantes no bairro dos Pretos, situado nas encostas da Mantiqueira em Joanópolis-SP, nos revela, em sua obra “O afeto da terra” (1999), que antes de realizar a observação ele imaginava que o trabalho feminino alcançava limites no trato com os porcos. Todavia, observou que a mulher também estava presente na pecuária leiteira apesar da atividade ser preferencialmente masculina. A esse respeito o autor complementa,

Mas em número muito crescente, as mulheres da casa incorporam-se à “lida do gado” nos espaços do curral e, mais ainda, do mangueiro. Esposas e filhas levam para aí a extensão de duas práticas em outros domínios da casa e do sítio. Elas “ajudam” os maridos no curral, cuidam dos bezerros novos e tratam deles em casos de doenças. Elas participam da ordenha das vacas, respondem pela higiene do mangueiro (onde a atenção masculina é sempre mais precária) e realizam tratamentos mais delicados nos animais. Separadas da morte, da violência sobre os animais (como domar, no castrar ou no marcar o sinal da posse com ferro em brasa), elas convivem com os bichos do

curral de uma maneira não muito diferente a como se relacionam com as pessoas. (BRANDÃO, 1999, p. 47).

As atividades consideradas “brutas” com o bovino, como: domar, castrar, “ferrar”, transportar, matar e sacrificar - nas observações do autor, ainda são consideradas de âmbito masculino.

Aproximando-nos das questões de gênero no assentamento é preciso destacarmos o trabalho da autora María Franco Garcia intitulado “A luta pela terra sob enfoque do gênero: os lugares da diferença no Pontal do Paranapanema” tese de doutorado apresentada em 2004. A autora revela que as mulheres que participaram da luta pela terra são facilmente reconhecidas em detrimento das que não lutaram, pois essa participação contribui para comportamentos mais participativos. (GARCIA, 2004, p.84).

Gonçalves (2004, p.44), ao tratar dos “Impactos da reorganização espacial dos novos modelos de assentamentos nas relações de gênero”, nos revela que a participação das mulheres nos assentamentos realizados pelo Estado é menor do que nos assentamentos “fruto” da organização dos movimentos sociais, pois nestes há uma maior “preocupação com a emancipação feminina”.

No que concerne ao acampamento como local de emancipação, a autora esclarece que,

Embora no acampamento as pessoas continuem a ser juridicamente constituídas como cidadãs (para muitas a condição de cidadania é vivida ali pela primeira vez), este espaço é relativamente autônomo com relação àquele regido pelo *status quo*. A vida no acampamento tem outras regras, outras sociabilidades, outras aprendizagens que impõem a criação de uma vivência coletiva onde cada um depende de todos e todos de cada um. Instaura-se um código de convivência com regras próprias e as decisões são tomadas em assembleias. (GONÇALVES, 2004, p. 49).

As mulheres no período do acampamento desempenham atividades como montar e desmontar barracos, são coordenadoras de setores do acampamento, junto aos homens, além de opinarem construindo argumentações políticas necessárias neste período. De acordo com Gonçalves (2004) o espaço do acampamento é importante para a construção de novas relações de gênero.

Nossas observações no Assentamento Nova Conquista evidenciaram casos em que a mulher cuida sozinha do lote, devido a questões como: divórcio, morte do marido e etc. Uma de nossas entrevistadas participou sozinha da luta pela terra, após a conquista do lote continuou nos trabalhos para cuidar de suas três filhas; a mesma fez da atividade com o gado leiteiro (que aprendeu dentro do próprio lote) a fonte de renda para a família, desempenhando todas as tarefas (“masculinas ou femininas”) da atividade leiteira. Duas de suas filhas estudaram na cidade de Presidente Prudente-SP, uma delas se formou em Pedagogia, na Universidade Estadual Paulista (FCT) e a outra se formou em serviço social numa conceituada faculdade particular da região.

A camponesa explica como foi sua trajetória para sobreviver do lote com suas filhas, transcreveremos seu depoimento na íntegra por se tratar de uma importante contribuição para este trabalho,

[...] Comecei a comprar um gado umas vacas e de pouco comecei a tirar um pouco de leite, e foi ajudando eu consegui cercar o lote de um todo fiz uma cerca no geral sem piquete, o gado dava um pouco de trabalho porque era grande era um pouco desarrumado e a mangueira era feita de arame, e a gente começou a trabalhar aí minhas filhas já aprenderam a tirar leite, eu também já tirava e fomos tocando a vida e ganhando dinheiro, consegui depois fazer os piquetes e uma mangueira coberta de Eternit uma mangueira bem grande espaçosa na mangueira tem quartinho de triturador, tem um outro quartinho que é o bezerreiro onde os bezerros dormem quentinhos que é todo fechado e eu crio carneiro também os carneiros dorme lá, naquela época eu ainda não tinha os carneiros, e nós fomos comprando mudas de frutas fazendo um pomar de início eu não tinha dinheiro para comprar as mudas de frutas eu plantei mandioca em todo o quintal limpei todo o quintal e plantei mandioca e bastante pé de feijão andu era coisa que não custava nada a gente fazer e depois fui comprar as mudas de frutas, e fiz um pomar e logo em seguida a horta, e eu fui trabalhando e o gado foi aumentando e eu fui vendendo uns bezerros e dos bezerros fui comprando outras vacas e sempre segurando depois de um certo tempo chegou a hora de pagar o banco e foi gratificante cuidar do gado porque ele me deu retorno com o retorno que foram os bezerros eu pude pagar o banco, que era uma grande preocupação o segredo é pagar para ter novos créditos, não

ficar inadimplente de maneira alguma e assim consegui e foi cada vez aumentando mais [...]. Hoje eu estou tirando 75 litros de leite e daqui há um mês mais ou menos, 20 dias eu vou estar tirando quase 100 litros porque eu estou com várias vacas que vão criar, então eu consegui estudar as minhas filhas, elas cresceram e estudaram uma filha minha fez faculdade na Unesp, pedagogia, a outra é assistente social fez faculdade na Toledo a outra minha filha casou mais nova estudou um tempo mas ela é cabeleireira. Consegui estudar todas elas com o dinheiro daqui, a minha filha da Toledo ela fez aquilo que trabalha sábado e domingo, escola da família, eu consegui as meninas estudaram eu sou uma pessoa que fui, eu achei que foi muito gratificante a luta pelo que eu passei pelo que eu sofri e pelo que hoje eu tenho, hoje eu tenho quarenta cabeça de gado, tenho um pasto umas vacas leiteiras boas, estou tirando essa quantidade de leite, estou contente estou na minha casa, estou tranquila na terra as minhas contas estão todas certinhas, não devo nada e valeu a pena, valeu muito a pena!! (Camponesa do Nova Conquista, entrevista realizada em Janeiro de 2014).

A camponesa conseguiu pagar os créditos que conseguiu adquirir, construir sua casa, melhorar o pasto e estudar suas filhas desempenhando as atividades de forma semelhante aos titulares homens que são membros de famílias nucleares. Ao contrário do caso relatado por Brandão (em que parte das tarefas são efetuadas por homens) todas as atividades são realizadas por ela e quando há necessidade de mais um trabalhador nossa entrevistada realiza o pagamento por dia de um ajudante. Atualmente ela mora no lote apenas com sua neta, pois as filhas casaram-se e foram trabalhar na cidade.

O universo empírico de Maria Franco Garcia na tese mencionada também é um assentamento na região do Pontal do Paranapanema, o assentamento Madre Cristina, a autora também evidencia que por mais que a participação feminina nas atividades de produção ligadas ao lote sejam constantes ainda não é considerada importante, ainda não há um reconhecimento.

A autora ainda afirma que a jornada de trabalho no espaço camponês é um elemento que reforça a divisão sexual do trabalho, argumenta que “as mulheres são responsáveis por muitas tarefas com grande peso nas atividades produtivas, como capinar, cortar, plantar, colher, tombar a terra, tirar o leite, etc”. Todavia, mesmo diante

de todas as atividades desempenhadas, “*ambos os sexos* consideram o trabalho feminino como uma ajuda”. (GARCIA, 2004, p.89).

Outra camponesa que desempenha primordialmente em seu lote a agricultura é casada, mãe de três filhos (hoje casados), em sua fala verificou-se os cuidados no trabalho com a estufa, mas também o acúmulo das atividades do espaço doméstico com as do roçado. Nossa entrevistada nos mostra o dia-a-dia da estufa em épocas em que ocorria a “troca de dia”.

[...] ai eu levantava cedo já tomava café e não é o negócio de 7 horas não, 7 horas você já tinha que estar dentro da estufa porque se não você não suporta o calor dentro dela que é grande mesmo, eu ficava até umas 11 horas e depois tinha que arrumar almoço, almoçar descansar um pouco e depois se tinha alguma coisa porque não era só chegar la e plantar, tinha que carpir, rancar o mato dos pés da planta, que era com as mãos ajoelhada, ali rancar pra ela ficar limpa né, depois no período da tarde eu ainda tinha uma hortinha e mexia porque poderia mexer com o sol quente, e ai a gente plantou mandioca foi plantando as coisas aos poucos né, ai tinha que ajudar, tanto tinha que trabalhar na estufa, como tinha que dar almoço para as pessoas que era contratada tinha uns que ainda traziam almoço outros não, tinha que dar café da tarde e você tinha que dar conta disso ai tudo, mas esse contratado era sem salário porque a gente ia la depois ajudar eles.(Camponesa do Nova Conquista, entrevista realizada em Janeiro de 2014).

A “troca de dia” é uma atividade característica do campesinato evidenciada também por Tavares dos Santos na obra “Colonos do Vinho” (1984), constitui-se numa das práticas da “ajuda mútua”. O autor afirma que a troca de dias de serviço ocorre quando a família camponesa tem a necessidade de mais um trabalhador, essa situação é comum em períodos do calendário agrícola em que as tarefas têm de ser realizadas rapidamente sendo necessário mais “braços para o trabalho”.

Evidenciamos no assentamento casos como a de uma camponesa viúva que trabalha em seu lote com o auxílio de um de seus filhos. Ela planta culturas como abóbora, berinjela, quiabo, maxixe (etc); tendo como aliada no trabalho doméstico, a tecnologia através de máquina de lavar, panelas de arroz e pressão elétricas, presentes de suas filhas que hoje moram na cidade. De acordo com a camponesa os utensílios

auxiliam, na medida em que, para preparar o alimento não é necessário ficar recorrendo à cozinha durante o preparo, que é feito automaticamente após adicionar os alimentos nas painéis elétricas; a roupa é lavada pela máquina e sai quase seca necessitando, apenas, que a roupa seja estendida no varal. O trabalho doméstico mediado pelas novas tecnologias aumenta o tempo das camponesas no roçado que sozinhas ou não conseguem um aumento na produção.

Evidenciamos em nossas pesquisas dentre os casos relatados e os que evidenciaremos adiante uma diferença no posicionamento das mulheres solteiras, viúvas e divorciadas gestoras de seus lotes das demais mulheres casadas. As mulheres que gerenciavam sozinhas seus lotes demonstravam maior entonação ao relatar todos os feitos do lote, cada detalhe era relatado por elas como uma grande conquista enfatizando por diversas vezes que aquele espaço foi modificado devido ao seu esforço apenas em alguns casos com o apoio dos filhos, mas estes ficam em segundo plano. Enquanto as casadas desenvolvem um discurso embora orgulhoso de seus feitos ainda tímido. Garcia (2004, p.90) revela sobre as mulheres entrevistadas durante sua pesquisa que estas declararam que os homens são os principais responsáveis pelo dinheiro na casa, o que não ocorreu no caso de viúvas, solteiras e etc. Acreditamos que este último caso se configura pela autonomia que a mulher tem quando é a única gestora do lote, autonomia que se expressa na liberdade de “lidar” com o lote e também no discurso no momento de relatar suas atividades e a renda adquirida por meio delas.

Quando tocamos nas questões referentes ao modo como as mulheres protagonizam ou não seus espaços devemos destacar em relação as mulheres que ainda não tomaram consciência de seu papel e de sua importância na construção de seu espaço de vida, a fala da referida autora em relação a uma de suas reflexões da pesquisa:

Os depoimentos das assentadas e assentados que viemos apresentando evidenciam o cativo, da terra, da casa, do lote, do espaço, muito marcante na mulher assentada. Além dos condicionantes materiais é significativo o peso dos papéis de gênero e de representações mulher-mãe e mulher-esposa, que fazem destas trabalhadoras prisioneiras destes espaços. (GARCIA, 2004, p.171).

O croqui que traremos a seguir foi elaborado pela camponesa viúva já mencionada, durante as oficinas de cartografia social realizadas com a comunidade, com a intencionalidade de representarem sua unidade territorial, podemos evidenciar como ela representa a organização de seu espaço de vida.

Figura 02: Croqui do espaço de vida da camponesa assentada



Elaboração: Camponesa do assentamento Nova Conquista (2015).

No croqui observamos uma rede elétrica composta por fios longos e um poste bem elaborado, demonstrando que a energia elétrica é um dos principais recursos do lote e como principal fonte de renda verificamos a horta desenhada logo a frente antes mesmo da moradia da camponesa o que denota a importância de seu trabalho. Notamos a cerca e as árvores como elementos que demonstram a “decoração” da entrada do lote, o local onde as pessoas tem o primeiro acesso ao lote geralmente é objeto de cuidados, alguns plantam flores, outros eucaliptos ao longo da estrada, cada um com sua forma singular de decorar este espaço do sítio.

Verificamos o caso da camponesa que fundou uma das associações com maior número de sócios (de ambos os sexos) do assentamento (verificada anteriormente no trabalho). Ela relata que,

[...] Aqui nós tínhamos as vacas, aí nós plantamos mandioca né, e aí depois as vacas não deram certo foram morrendo e acabando, mas acabou ficando algumas ainda, aí nós compramos as galinhas, começamos a criar umas galinhas e vender ovos, aí o ovo teve uma época que não vende porque você acaba tendo que ir até a cidade e não dá o que você gasta, aí acabamos com a granja também e voltamos para o gado, aí foi quando eu montei a associação e estamos trabalhando foi o que deu um empurrão melhor em nós, foi com a Conab a gente trabalha com a Conab a gente planta horta [...]. A nossa associação tem mais mulheres do que homem, homem só uns 5 ou 6 [...] começamos com a hortinha que nós tínhamos no fundo do quintal e fomos ampliando hoje temos 6 anos de associação [...] já teve gente que saiu [...] outras saíram porque o projeto estava no nome do sogro ou do pai e não quis insistir mais então saiu [...] eu fui quatro anos presidente da associação. (Camponesa do Nova Conquista, entrevista realizada em Janeiro de 2014).

A DAP (Declaração de aptidão ao Pronaf), fundamental para adquirir novos projetos e a participação na CONAB, na maioria dos casos esta no nome dos pais, dos maridos e sogros - sendo um dos principais fatores de desistência das mulheres em relação à participação na associação.

Durante a revolução francesa a mulher, ao ser dotada de virtudes para o espaço doméstico, especificamente para as atividades desenvolvidas neste âmbito, é excluída da

esfera política, o argumento utilizado pela burguesia era o de que, com a impossibilidade de abandonar os afazeres domésticos, não restavam a elas tempo necessário para a participação na esfera pública. Ao longo dos processos revolucionários as mulheres conseguiram avanços, todavia, não foram abrangentes a ponto de mudar o cenário de sua exclusão na política.

A cena dentro dos acampamentos dos movimentos sociais trazem momentos de participação efetiva e fundamental das mulheres no processo de construção política. Dentre os camponeses do Nova Conquista evidenciamos que as mulheres tiveram um papel essencial também no momento de permanecer na luta, foram mães que não deixaram seus filhos desistir e filhas que não aceitaram que os pais abandonassem o sonho da terra. Um de nossos entrevistados relatou a força da mãe,

[...] Tivemos oito despejos e essa liminar e essa desapropriação não vinha e eu falava pra minha mãe, olha mãe vamos voltar para casa, o patrão la chamava deixava contrato assinado num armarinho que meu pai tinha lá, de oito anos com testemunha e chegava lá o contrato lá que era pra voltar para plantar café plantar lavoura, eu falava pra minha mãe para voltar e minha mãe falava, olha eu não volto se quiser voltar agora é daqui para frente, eu quero ganhar minha terra, minha mãe foi firme até o fim ela não desistia só se morresse [...].(Camponês do Nova Conquista, entrevista realizada em janeiro de 2014).

No caso das filhas que não deixaram que seus pais desistissem da terra verificamos o caso da camponesa (hoje titular do seu próprio lote),

[...] Então desde quando o meu pai acampou ele queria desistir, mas por causa de mim ele não desistiu, um dia ele falou vou embora, desistia ai o pessoal chamava ele de volta, e vai e volta então quando saiu o lote a gente estava muito quebrado ai eu fui trabalhar. (Camponesa do Nova Conquista, entrevista realizada em janeiro de 2014).

Essa camponesa, casou-se com filho de camponeses do Nova Conquista e, depois de muito trabalhar no lote dos pais e numa fazenda vizinha, conseguiu comprar o próprio lote juntamente com o marido.

Se o acampamento é primordial para construir a participação das mulheres enquanto sujeitos políticos, no assentamento essa participação da lugar a preocupações com o avanço do próprio lote, retornando às relações patriarcais e paternalistas que vivenciam na sociedade. Gonçalves atribui tal mudança ao retorno de uma “espécie de propriedade privada” na qual predomina a divisão sexual do trabalho, conforme evidenciamos na obra de Heredia. O “modelo quadrangular” ou “quadrado burro”, como é conhecido pelos assentados, é uma forma de divisão de terras imposta pelo Estado que dificulta as experiências coletivas, pois muitas vezes as moradias estão há quilômetros de distância uma das outras. A autora ainda nos revela que, no contrato de concessão dos lotes da reforma agrária, o homem consta como responsável pela terra, enquanto a mulher é sua dependente.

A autora, apoiada em discussões do MST, nos apresenta um novo modelo de organização espacial para os assentamentos, certa de que a nova proposta poderia resultar em mudanças nas relações de gênero. O modelo conhecido como “raio de sol” (já evidenciado no trabalho) começa a ser elaborado logo no período do acampamento em que as famílias seriam agrupadas de acordo com afinidades também no assentamento. O novo formato tem como base uma aproximação das casas em que estas ficam no centro (facilitando a socialização das famílias) e o espaço voltado para a produção localiza-se no entorno da casa, “começando no quintal e se amplia para fora”. Este modelo diferencia-se da Agrovila no que se refere, principalmente, ao fato de que o espaço de produção não está separado do espaço doméstico. Evidenciamos o apoio em relação à titulação da terra que deveria ser realizada em nome do homem e da mulher para que esta consiga os mesmos direitos no momento da aposentadoria, por exemplo.

Verificamos no trabalho de Gonçalves, que este núcleo de famílias permite uma economia no que diz respeito à instalação de redes elétricas e de esgoto e percurso de transporte público, facilita a possibilidade de organização de associações e cooperativas formadas por essas famílias com um nível de afinidade. Outra característica da organização proposta pelo MST, que está intimamente ligada com as mudanças de relações de gênero, é a substituição de trabalhos domésticos como cozinhar individualmente, lavar roupa, dentre outros; por locais coletivos como os refeitórios, “lavanderias, etc. comunitários colocando em xeque o modelo burguês de família que impõe as tarefas domésticas a famílias individuais, que, por sua vez, calcada no patriarcado, obriga as mulheres a desempenhá-las” (GONÇALVES, 2004, p.53).

As mulheres, que são protagonistas de seus lotes em modelos de organização espacial no formato quadrangular ou agrovila, acumulam a função de cuidar do espaço doméstico e o de produção. A DAP, na maioria dos casos, encontra-se no nome do marido, pai ou sogro; o que reforça a invisibilidade do trabalho feminino, mas neste caso, principalmente frente ao Estado que acredita que o público de programas e a obtenção de créditos são direcionados aos homens “chefes de família”.

Ao invés de refeitórios e lavanderias comunitárias (como no planejado pelo MST), a mulher camponesa utiliza como principais aliados no acúmulo do trabalho doméstico e no roçado aparelhos como “panela elétrica de arroz e de feijão” e máquinas de lavar roupa. Se compreendermos a subordinação da produção voltada para o autoconsumo, ou seja, o preparo da comida subordinada à produção de culturas destinadas a comercialização, entenderemos a partir desta reflexão a subordinação do espaço doméstico (trabalho feminino) ao espaço de produção (trabalho masculino). Contrariando a maioria dos casos onde a delimitação destes espaços ainda encontra-se bem definida (no que concerne ao seu uso e trabalho), cada vez mais mulheres vem assumindo seus lotes e construindo seus próprios espaços, notamos casos como o do Nova Conquista em que a camponesa organiza outras mulheres também na luta pela permanência na terra.

3. Considerações finais

A bibliografia indica que os filhos casados não possuem terras dentro dos lotes dos pais, apenas um espaço de moradia. Notamos que os agregados possuem um “roçadinho” que de acordo com teóricos era reservado apenas aos filhos antes de se tornarem adultos, mas que no assentamento Nova Conquista é um espaço de hortas e estufas que funcionam como uma renda complementar para a família agregada. A importância do trabalho deste grupo nas usinas também é objeto de reflexão, pois ao mesmo tempo em que o latifúndio serve para empregar camponeses, que visam à permanência no lote dos pais e também para a compra futura de um novo espaço dentro do assentamento, os agregados também são fundamentais para a usina e para o latifúndio no qual a usina esta estrategicamente localizada. Esta situação demonstra mais uma vez a delicada relação entre o campesinato e o agronegócio da região.

Evidenciamos mulheres protagonistas de seus lotes e que não consideram seu trabalho como um trabalho auxiliar e que organizam os espaços de produção e de moradia de modo a assegurar sua reprodução no território conquistado. O

posicionamento e o discurso da mulher que é a única gestora de seu lote é diferente da mulher casada que divide as atividades com o marido, pois, esta relata timidamente suas atividades no espaço de vida, enquanto as mulheres gestoras relatam cada detalhe com muito orgulho fazendo questão de ser descritivas no que se refere a cada processo. A autonomia na organização dos elementos espaciais de cada espaço, por exemplo, traz este posicionamento para as assentadas.

A partir da luta dos camponeses agregados e das mulheres buscamos tornar evidente o papel fundamental destes grupos na organização espacial de seus lotes, no trabalho dentro e fora do assentamento e assim asseguram a reprodução do modo de vida e dos territórios camponeses.

REFERÊNCIAS

ANDRÉ, I.M. O gênero em geografia: introdução de um novo tema. **Finisterra**, Lisboa, v.25, n. 50, p.331-348, 1990.

BRANDÃO, C. R. **O afeto da terra**: imaginários, sensibilidades e motivações de relacionamentos com a natureza e o meio ambiente entre agricultores e criadores sítiantes do bairro dos Pretos, nas encostas paulistas da serra da Mantiqueira, em Joanópolis. Campinas: Unicamp, 1999.

GARCIA, M.F. **A luta pela terra sob enfoque de gênero**: os lugares da diferença no Pontal do Paranapanema. Tese (Doutorado em geografia) – Faculdade de Ciência e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2004.

GONÇALVES, R. Impactos da reorganização espacial dos novos modelos de assentamentos nas relações de gênero. Presidente Prudente, *Revista NERA*. v. 7, n.5. Ago./Dez. 2004.

HEREDIA, B.M.A. **A morada da vida**: trabalho familiar de pequenos produtores do Nordeste do Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. 164 p.

SANTOS, J. V. T. **Colonos do Vinho**: estudo sobre a subordinação do trabalho camponês ao capital. São Paulo: HUCITEC, 1984.

WOORTMANN, E.F. **Herdeiros, parentes e compadres**: colonos do sul e sítiantes do nordeste. São Paulo: HUCITEC; Brasília: Edunb, 1995.